

A MADEIRA EM CONTEXTOS FUNERÁRIOS TARDIOS: AS EVIDÊNCIAS DE RECURSO A UM MATERIAL PERECÍVEL

Resumo: O estudo arqueológico do mundo funerário pressupõe a abordagem integrada aos espaços e topografias da morte, assim como às materialidades nelas sedimentadas. No quadro dessas materialidades, a madeira ocupa um lugar recorrentemente intangível, fruto do seu carácter perecível e do facto da sua preservação num tempo longo só ser possível em meios muito específicos ou fruto da concretização de um leque estrito de processos. Não obstante, a utilização deste material biológico foi intensa, sobretudo nos períodos que privilegiaram o ritual de incineração dos defuntos, como o Alto Império Romano. Em contrapartida, a partir do século III e, mais vincadamente, do IV, a crescente adesão à inumação gerou transformações profundas na paisagem funerária. Neste âmbito, também as modalidades de recurso à madeira se alteraram, e o papel central que desempenhava enquanto combustível foi relegado para plano secundário. O registo arqueológico reflecte essa mudança, com os testemunhos correlacionados com a Antiguidade Tardia e Alta Idade Média a tornarem-se progressivamente mais escassos. Ainda assim, é possível arrolar um conjunto de vestígios directos e indirectos, que demonstram a persistência do uso da madeira em ambiente funerário, ainda que sob novas formas, nomeadamente enquanto estrutura protectora, dispositivo de transporte ou receptáculo final do corpo. Esses vestígios enformam o foco do presente texto, que pretende constituir-se não como um arrolamento exaustivo das ocorrências documentadas, mas como uma panorâmica sobre uma realidade parcamente aflorada, mas preñhe de possibilidades interpretativas a respeito de práticas e estratégias de enterramento.

Palavras-chave: Madeira; Rituais funerários; Antiguidade Tardia; Alta Idade Média.

Abstract: The archaeological study of the funerary world implies an integrated approach to the spaces and topographies of death, as well as to the materialities therein sedimented. Within the framework of these materialities, wood occupies a recurrently intangible place, because of its perishable character and the fact that its long-term preservation is only possible in very specific environments or as a result of the implementation of a strict range of processes. Nevertheless, the use of this biological material was intense, especially in periods that favored the ritual incineration of the deceased, such as in the early centuries of the Roman Empire. By contrast, from the 3rd century and, more clearly, from the 4th, the growing adherence to inhumation generated deep transformations in the funerary landscape. In this context, the ways in which wood was used also changed, and its central role as fuel was relegated to a secondary plan. The archaeological record reflects this change, with the testimonies correlated with Late Antiquity and the Early Middle Ages becoming progressively scarcer. Even so, it is possible to list a set of direct and indirect remains, which show the persistence of the use of wood in funerary environments, although under new forms, namely as a protective structure, transportation device, or final receptacle of the body. These remains form the focus of the present text, which does not intend to be an exhaustive listing of documented occurrences, but rather an overview of a reality that is barely touched upon, although full of interpretative possibilities concerning burial practices and strategies.

Keywords: Wood; Funerary rituals; Late Antiquity; Early Middle Ages.

1. INTRODUÇÃO

Os espaços funerários podem constituir-se como mananciais para a recolha de amplos conjuntos de dados e, conseqüentemente, como cerne para a produção de leituras de fundo a respeito de crenças e práticas, assim como do poder e estatuto, modos de pensar e sentir, identidades e etnicidade de um grupo, e dos indivíduos que o compõem. As necrópoles (a par dos núcleos sepulcrais de dimensão restrita e até dos túmulos isolados) são passíveis de cunhar a paisagem, até com significativa exposição visual, mas simultaneamente congregam uma dimensão privada e íntima. Mais ou menos extensas, foram sendo construídas em função de diferentes princípios orientadores e preocupações, pelo que a implantação que conhecem é variável em termos topográficos: na sua relação com a altimetria e elementos naturais, assim como com as áreas povoadas e demais zonas mortuárias. Com efeito, algumas foram estruturadas em terrenos nunca ocupados; outras em recintos que carregavam já a morte nas suas camadas; outras ainda, em espaços onde

anteriormente se cumpriam funções distintas (habitacionais, produtivas ou de fruição) que, entretanto, se perderam irremediavelmente. Neste sentido, quer os contextos primários, quer os secundários, que denunciam a vigência de processos de reutilização e reconversão, são parte de um universo eminentemente plural, prenhe de particularismos (cronológicos, geográficos, políticos, económicos e religiosos), e em que há lugar para a transformação e volubilidade, assim como para a constância arraigada.

Assim se compreende que as necrópoles (a par das urbes, naturalmente), emergem como quadros privilegiados para compreender toda uma gama de fenómenos culturais e evolutivos experienciados pelas comunidades (Bendala Galán, 2002, p. 138). Estão, naturalmente, associadas de forma íntima à morte, que P. Ariès definiu como um processo dialético de ampla duração, que engloba não apenas quem perece, mas também aqueles que ficam, e lhes resistem em vida (Ariès, 1988, p. 19). Já na perspectiva de Kellehear, impõe-se distinguir a morte (entendida como uma transição biológica) do acto de “morrer”. Este último é apresentado como um processo social que pode prolongar-se no tempo, e no âmbito do qual se procura cumprir objectivos perspectivados como essenciais, como seja o de conferir sentido ao “fim” biológico do defunto, o de assegurar a manutenção da sua dignidade ou o de garantir as condições para que o seu trajecto *post-mortem* ocorra à luz do desejável (Kellehear, 2007, conforme citado em Robb, 2019, p. 445), até para contrariar as possibilidades de um eventual “retorno”, cenário profundamente temido. Por isso se considerava tão premente, nas sociedades antigas, manter uma distância prudente e acautelar todo um conjunto de situações passíveis de incitar esse regresso, ilustrativo da intranquilidade do morto e potenciador do assombramento dos vivos (Cumont, 1966, p. 351-353; Rouche, 1985, p. 486). O defunto deveria, portanto, ser honrado, e o seu corpo, que representa um poderoso instrumento de “comunicação ritual” (Morris, 2001, p. 31) sepultado em função dos preceitos e tradições em voga (Cumont, 1966, p. 352-353).

Segundo J. Robb, o enterramento de restos humanos (relativos ao corpo completo, truncado ou mesmo a despojos ósseos incinerados), independentemente de concretizado numa sepultura estruturada ou noutra tipo de ambiente, configurava a última etapa de uma espécie de rito de passagem, na medida em que encerrava o estado de liminalidade, e promovia a reintegração do defunto ou, pelo menos, de alguns dos seus traços ou características, numa nova identidade (Robb, 2019). Por conseguinte, representava um momento de importância central, ainda que não pusesse fim ao vínculo entre o morto e os vivos, nem encerrasse o ciclo de obrigações a cumprir em prol do descanso e satisfação das demais “necessidades” do defunto.

2. A MADEIRA EM CONTEXTOS FUNERÁRIOS

As respostas culturais à morte são imensamente variadas. Traduzem as crenças vigentes, o modo de pensar e perspectivar o mundo (Tarlow, 2019, p. 618). E a morte faz parte indissociável do quotidiano, à semelhança de tantos gestos, recursos, materiais, cuja utilização foi pautando os ritmos de exploração da paisagem, a par das estratégias construtivas e de subsistência adoptadas por muitas comunidades. E se alguns desses recursos e materiais, como os pétreos, mantêm uma presença mais estável e duradoura no registo arqueológico, outros, pela sua intrínseca condição perecível, podem ser dificilmente rastreáveis. É este o caso da madeira, matéria de origem biológica que garantia às comunidades uma série de aplicações práticas, como a construção de mobiliário, engenhos, alfaias e demais objectos de uso colectivo ou pessoal. Enquanto combustível, por exemplo, proporcionava os meios de aquecimento e iluminação das estruturas ou a preparação de refeições (Vaz et al., 2021b, p. 113), assegurando de igual modo a realização de um conjunto de outras actividades fundamentais, quer de tipo económico (como a metalurgia) quer religioso e simbólico (como a incineração dos cadáveres, intensa em alguns períodos e geografias). Compreende-se, neste sentido, o peso assumido pelo uso e manipulação da madeira nas sociedades pré-industriais (Vaz et al., 2021a, p. 379).

Ora, o recurso à madeira na preparação de contextos funerários é transversal a vários períodos e passível de utilização em diversas modalidades. No Bronze Final, por exemplo, serviu como combustível para alimentar as piras onde se incineravam os corpos defuntos, cujas cinzas eram depois canalizadas para os contentores cerâmicos que viriam a ser depositados em negativos escavados, enformando os designados Campos de Urnas (Kristiansen, 2000, p. 63). Já na Idade do Ferro foi essencial à construção das câmaras sepulcrais que albergavam os enterramentos de elite (providos de profusos materiais de excepção), por seu turno recobertas por montículos de dimensões avultadas que se destacavam na paisagem (Cunliffe, 2001, p. 347-350; Arnold & Fernández-Götz, 2017, p. 187-188). Em contrapartida, no mundo romano, em que a Antiguidade Tardia e Idade Média hispânicas se forjaram a vários níveis (Chavarría Arnau, 2005, p. 519-521; Wickham, 2005, p. 10), começou também por ser amplamente usada na cremação e, fundamentalmente a partir do século III, com a disseminação da inumação (Morris, 2001, p. 33), na construção de outros tipos de dispositivos. A este respeito, todavia, há que ressaltar desde já um aspecto que nos parece premente, e em que adiante voltaremos a focar-nos: esta evidência não traduz a obsolescência radical da prática da cremação, que se manteve activa, ainda que substancialmente menos preponderante em termos de ocorrências. Vejamos então de que forma estes dois rituais funerários, por vezes apresentados sob a forma de um binómio

quase que antagónico, em que a implementação de uma das partes substituiu liminarmente a outra, se correlacionaram efectivamente no terreno.

No século I a.C., a incineração prosperou em Roma¹, e na centúria subsequente encontrava-se já disseminada por diversas regiões do Império, ainda que não de forma absoluta. Na verdade, entre algumas comunidades (como a dos Judeus) e em alguns dos territórios submetidos à autoridade imperial esta prática não terá sequer chegado a ser implementada. Também entre os cristãos a inumação foi desde logo adoptada, sem que estes reivindicassem o carácter inovador da prática que tornavam sua (Hope, 2007, p. 110), facto que evidencia a dimensão de continuidade de que se revestiu o seu acolhimento, mais conforme aos princípios da fé que professavam. Isto significa que as duas práticas coexistiam nesta fase, ainda que com prevalência da cremação.

A avaliar pelos escritos de Vitruvius, a preparação da pira funerária (*pyra*) no quadro do Alto Império implicaria elevado primor e atenção, nomeadamente ao nível da construção, sendo que os troncos de madeira deveriam ser dispostos em “camadas”, com os ângulos cuidadosamente alinhados. Já Plínio o Velho, na monumental *História Natural*, sugere que, pelo menos no caso dos indivíduos detentores de estatuto e posses de vulto, as piras poderiam até ser pintadas (Hope, 2007, p. 111-112). Em paralelo, poder-se-ia derramar sobre elas mirra ou incenso, de forma a potenciar a força das chamas. Quanto ao corpo, haveria que colocá-lo sobre os troncos, beijá-lo, ungi-lo e cerrar-lhe os olhos. Só depois um familiar próximo daria início ao fogo (Hope, 2007, p. 111). Neste sentido, compreende-se que o processo de incineração pudesse, nalguns casos, configurar um espectáculo passível de capturar os sentidos, misturando luz, calor e odores. E, a propósito, González Villaescusa (2001) defende a existência de uma forte relação entre a madeira consagrada ao uso na *pyra* e o meio envolvente.

Mas a cremação dos defuntos como prática funerária dominante não se eternizaria. O arranque da alteração de fundo, marcada pelo florescimento crescente da inumação, remontará ao século II, sendo que, de acordo com alguns autores, estaria já amplamente vulgarizada no III² (Hope, 2007, p. 110). Outros, contudo, e à luz das realidades particulares documentados em certos territórios abarcados pelos Império, como a Lusitânia, por exemplo, ressaltam a persistência da incineração até meados ou finais do século III (Alarcão, 1973, 183). Em contrapartida, e em alguns sítios escavados da Gália, localizados na região de Auvergne, a cremação surge como prática exclusiva

¹ Na perspectiva de I. Morris, a cremação era provavelmente o rito exclusivo na Roma do século I (Morris, 2001, p. 46).

² Segundo V. Hope: “[...] During the 3rd c. inhumation came to be virtually universally practiced [...]” (Hope, 2007, p. 110).

entre o século II e o terceiro quartel do III, sendo que só no arranque do IV a inumação emerge como ritual triunfante³ (Blazot et al., 2007, 305-306). Mas tal não significa também que a incineração tenha sido completamente erradicada nesta última centúria. A perda de fôlego no mundo provincial romano é inquestionável, mas a prática em causa continuou a ser executada. Vejamos alguns exemplos. Na necrópole de Bóca, em Arouca, foi detectada um contexto de incineração datável dos finais do século IV ou alvares do V (Silva et al., 2012-2013). Na vasta necrópole da Via XVII de *Bracara Augusta*, a que adiante regressaremos, foram detectadas cremações tardias, atribuídas a um período compreendido entre os séculos IV e VII (Braga, 2018, p. 358). Ou seja, afigura-se problemático avançar uma cronologia demasiada estrita e generalista para enquadrar este processo de transformação, mesmo ao nível do Império.

Igualmente complexo é aferir as motivações concretas que terão estado na origem da mudança (Hope, 2007, p. 110). Segundo I. Morris, o próprio facto de a cremação assumir formas distintas consoante as geografias justifica a necessidade de considerar diferentes justificações, em função do espaço em análise (Morris, 2001, p. 48). Já M. Barroca sugere a influência exercida pelos cultos orientais e considera que a afirmação da inumação se concretizou de modo independente, e anteriormente à plena disseminação do Cristianismo⁴ (Barroca, 1987, p. 8). Outros autores, em contrapartida, defendem ser mais provável que as razões subjacentes se articulem sobretudo com questões de forma, e não propriamente com o quadro de crenças vigentes, ainda que este tenha necessariamente acolhido a modificação (Hope, 2007, p. 110), e que a inumação se adequasse de forma mais próxima ao ideário cristão. De qualquer modo, é importante registar que a Igreja tardou a adoptar uma posição clara em prol da inumação. Com efeito, só em 693, aquando da celebração do XVI Concílio de Toledo, viria a fundamentar a predilecção por tal prática, há muito perfilhada no terreno (Arezes, 2017, p. 158). A partir daí, e durante amplo lapso de tempo, passou a ser entendida pelas hierarquias eclesiásticas como a única passível de garantir a plena concretização do Julgamento Final, da Ressurreição do corpo e a subsequente Vida Eterna dos fiéis (Barroca, 1987, p. 8; Morris, 2001, p. 34). Em contraste, a incineração foi granjeando crescentes acepções negativas, acabando por se converter, já em período medieval, em punição para os condenados (Barroca, 1987, p. 8).

³ Circunstância idêntica terá igualmente marcado a Lusitânia (Alarcão, 1973, p. 183) e

⁴ Na esteira do sublinhado por A. Chavarría Arnau, note-se que o conhecimento arqueológico em torno dos matizes da cristianização do território peninsular, quer em meio rural, quer em meio urbano continua a manifestar-se globalmente insuficiente (Chavarría Arnau, 2012, p. 146-147).

De qualquer modo, importa notar que, ao longo da Antiguidade Tardia, a inumação se materializou sob formas muito distintas (Arezes, 2017, p. 173-203). Em paralelo, há que realçar que, em sentido rigoroso, não pressupõe necessariamente a deposição do defunto num caixão, seja ele de chumbo, pedra ou, mais frequentemente, de madeira (González Villaescusa, 2008, p. 91; Hope, 2007, p. 110). Na verdade, a palavra inumação deriva da expressão primordial *in humus*, ou seja, na terra, e traduz a ideia de união orgânica entre ela e o corpo (González Villaescusa, 2001, p. 91). Neste sentido, a deposição directa sobre o solo, sem “intermediários” de resguardo, enforma a opção mais conforme à etimologia do termo⁵.

Não obstante, o uso do ataúde de madeira era uma escolha recorrente e passível de articulação com diferentes tipologias de estruturas funerárias, caso das sepulturas preparadas com *tegulae*, dos sarcófagos⁶ (González Villaescusa, 2001, p. 91; Hope, 2007, p. 111) ou mesmo dos caixões de chumbo (Vaz et al., 2021b, p. 116)⁷. Na perspectiva de González Villaescusa, aliás, há uma justificação clara para essa constância, que se prende com o facto de o caixão proporcionar a ocultação do cadáver no quadro dos derradeiros cenários em que continua ainda a relacionar-se com os vivos, nomeadamente, aquando do enterramento. E, a propósito, recorda o receio das consequências funestas que se acreditava poderem advir de olhar o morto, irremediavelmente condenado à putrefacção⁸ (González Villaescusa, 2001, p. 91).

Entre os romanos, o caixão de madeira era chamado de *capulus*. Já a designação de *feretrum* (assim como o seu equivalente aproximado, *lectica*) era aplicada aos dispositivos (similares a padiolas) utilizados no transporte do defunto até ao espaço mortuário, e que podiam acabar também por ser depositados junto do morto (González Villaescusa, 2001, p. 91). Uma outra expressão correlacionada é *sandapila*, espécie de combinação utilitária entre o *capulus* e o *feretrum*, e que por norma seria usado nos enterramentos mais modestos (González Villaescusa, 2001, p. 91).

Mas, em concordância com o previamente mencionado, sendo a madeira um material perecível⁹, excepto se preservada em ambientes e circunstâncias

⁵ De notar, contudo, que quer os corpos de judeus quer de cristãos podiam também ser depositados em hipogeus ou catacumbas escavadas na rocha (Hope, 2007, p. 110).

⁶ González Villaescusa relembra que os critérios de classificação das sepulturas de inumação são fundamentalmente definidos a partir da natureza do receptáculo colocado sobre o solo e das estratégias de protecção do corpo (González Villaescusa, 2008, p. 91), que podia ser envolvido num sudário ou vestido (Barroca, 1987, 27; 72-73; Hope, 2007, p. 110).

⁷ Adiante será abordado um contexto específico, no qual esta associação em particular foi cabalmente registada.

⁸ No mundo merovíngio, era prática comum colocar um pano ou lenço sobre o rosto do defunto, de forma a evitar contemplar os seus olhos e atrair uma maldição (Rouche, 1985, p. 488).

⁹ A rápida degradação e decomposição das matérias vegetais decorre de processos químicos e biológicos potencializados pela acção de fungos, bactérias e insectos (Vaz et al., 2021b, p. 113).

muito específicos facilitadores da conservação de longa duração, em que assemam as evidências concretas que permitem documentar a sua utilização em contexto funerário?

Com efeito, as madeiras, a par da generalidade dos restos vegetais, têm um potencial de conservação limitado. Apenas se integrados em depósitos alojados em meio húmido¹⁰, de rara ocorrência no território peninsular, em ambientes anóxicos¹¹ (Vaz et al., 2015, p. 2), ou onde as temperaturas atingem valores extremos, poderão subsistir. Em alternativa, também os processos de carbonização e mineralização são igualmente passíveis de fomentar a sobrevivência de material biológico, estando o primeiro deles (a carbonização) atestado de forma mais recorrente no actual território português (Vaz et al., 2021b, 113-114).

Compreende-se que, face a tal leque restrito de meios e circunstâncias propiciadoras da conservação, as ocorrências arqueologicamente documentadas não sejam especialmente expressivas em termos quantitativos. Não obstante, é possível arrolar indicações relativas à identificação de madeira em espaços mortuários tardios ou altimedievicos, das quais pretendemos proporcionar aqui não um inventário detalhado, mas antes uma perspectiva geral, que estimule uma reflexão sobre o tema.

2.1. Os vestígios arqueológicos directos

Concentremo-nos então nos vestígios arqueológicos. Começamos por aludir a uma prática muito particular implementada na Gália, sensivelmente entre os séculos V e VII: a inumação em troncos de árvore¹².

Em obra de vulto consagrada à “civilização merovíngia”, E. Salin aborda este tipo de deposição, explicando que consta de um costume com raízes na Proto-História, retomado timidamente na Gália a partir do século IV por influência germânica (Salin, 1973, p. 125). Entre os diversos sítios que arrola por terem revelado a presença deste tipo de estrutura, concedemos destaque a um, localizado no Nordeste da actual França (mais concretamente, em Lagney). Identificado na segunda metade do século XIX aquando da reconstrução

¹⁰ São vários os casos conhecidos de restos vegetais conservados em depósitos alagados, mas atente-se, como exemplo, nos avançados por Miksicek (1987, p. 118). Achados prolixos mais recentemente identificados, e no quadro do norte de Portugal, são os relativos às sementes, frutos e madeiras recuperados nas termas romanas de Chaves, estas últimas quer sob a forma de “madeira natural”, sem vestígios de trabalho artesanal, quer sob a forma de objectos utilitários (Vaz et al., 2015).

¹¹ Os ambientes onde o oxigénio é restrito reforçam a resistência do material biológico aos processos de degradação (Vaz et al., 2015, p. 2).

¹² Registada por Raymond Lantier para a região do Marne no século IV (Lantier, 1948, p. 385) e por Édouard Salin para o mundo merovíngio (Salin, 1951, p. 126; Salin, 1973, p. 121), terá continuado a ser concretizada no território gaulês em período carolíngio (Scapula, 1954).

da igreja, viria a desvelar vários esqueletos inumados em troncos de árvores escavados para o efeito, alguns dos quais associados a armas, circunstância que, na perspectiva de Salin, atesta a sua vinculação ao período merovíngio (Salin, 1973, p. 125).

Também na Gália, merece referência uma outra ocorrência, sem paralelo conhecido naquele território e que, de acordo com P. Périn e M. Kazanski, ilustra o modo como a ascendência étnica pode surgir reflectida nas práticas funerárias (Périn & Kazanski, 312). O contexto a que os autores se reportam foi identificado em Arras (norte de França) e dado a conhecer por A. Jacques (1993). Refere-se a um conjunto de enterramentos colectivos de seres humanos e animais¹³, concretizados nas fossas que integravam um suposto “santuário” germânico, erguido sobre as ruínas de um antigo edifício de culto às divindades orientais Átis e Cibele (Jacques, 1993, p. 195-197). Há dois aspectos que nos interessa assinalar a respeito desta particular realidade funerária, que agregava deposições primárias e secundárias. Um deles prende-se com o facto dos restos ósseos (com especial ênfase nos crânios) de alguns dos animais (caso de cães e porcos) terem recebido exactamente o mesmo tipo de tratamento conferido aos humanos: o desmembramento subsequente à decomposição decorrida nas fossas periféricas, seguido de nova inumação na fossa central. O segundo, que se articula com o previamente mencionado, e que importa trazer à colacção neste texto, tem a ver com a modalidade seleccionada para delimitar e proteger a referida fossa: uma pequena estrutura de madeira (Jacques, 1993, p. 196; Périn & Kazanski, 313). A detecção desta construção singular obriga a uma reflexão imediata: a gama de contextos e tipos de dispositivos tardios em que a madeira esteve originalmente presente pode ser muito mais ampla do que, à partida, se poderia imaginar. E, a propósito desta observação, deixamos também referência à vasta necrópole de Erstein, na Alsácia, onde foram identificadas 138 câmaras funerárias, no interior das quais repousavam homens, mulheres e crianças. Constavam de fossas de inumação, delimitadas por paredes de madeira com cerca de 8 cm de espessura, enformando estruturas supostamente análogas às do túmulo masculino de Morken, na Renânia, espécie de caixa com tábuas colocadas na horizontal¹⁴. Na perspectiva de alguns autores, este tipo de dispositivo, cujo uso se terá iniciado em período romano tardio, terá continuado a pautar o mundo funerário da época merovíngia e subsistido sob o domínio

¹³ Os restos osteológicos recuperados permitiram constatar que os indivíduos inumados se distribuíam por diferentes faixas etárias, da infância à idade adulta. Relativamente aos animais, foi possível rastrear diversas espécies: porco (em clara prevalência), vaca, cabra, cão e, com menor representatividade, galinha e marisco (Jacques, 1993, p. 195-197).

¹⁴ No interior, junto da parede norte da estrutura de Morken, figurava o caixão do defunto, também ele produzido em madeira. A restante área útil reservada às oferendas (Médard et al., 2007, p. 309).

franco, muito embora com poucas ocorrências conhecidas, por contraposição à situação atestada na margem direita do Reno, onde são bem mais profusas. Na globalidade, incluíam abundante quantidade de artefactos. Mas, pelo menos na Gália, tudo indica o século VII tenha marcado o momento a partir do qual deixaram de ser destinados à elite social (Médard et al., 2007, p. 309). I. Tejral, contudo, traz outras leituras a respeito das câmaras funerárias de madeira, assentes na identificação recente de novos sítios dispersos por uma vasta área a norte do Danúbio, entre os quais o de Nová Ves, actual República Checa. Nesta pequena necrópole de inumação, onde em fase prévia se cremavam os mortos, detectaram-se os restos carbonizados da madeira utilizada na construção de uma ampla câmara sepulcral, associados a quatro buracos de poste escavados nos cantos da fossa sobre a qual se erguia. Com posição privilegiada, no centro do espaço de enterramento, albergava os restos osteológicos de um indivíduo infantil com cerca de cinco anos, a par de prolixo conjunto de materiais votivos e de adorno, quer de origem local, quer importados do mundo romano. Contextos como o descrito sustentam a hipótese enunciada por I. Tejral, que aponta no sentido de este tipo de enterramento ser correlacionável com as elites bárbaras, e rastreável sobretudo nos territórios não romanizados (Tejral, 2018, p. 49).

Penetrando agora na Península Ibérica, começemos por sublinhar que, até ao momento, não temos eco da identificação de arquitecturas similares às previamente mencionadas no referido território. Em contrapartida, há alguns exemplos de madeira mineralizada a destacar. E, conforme anteriormente referido, a mineralização, à semelhança da carbonização, permite a conservação de material biológico (Vaz et al., 2021b, 114). Passemos então em revista alguns dos dados publicados, com destaque para os centrados no Noroeste.

Nas necrópoles da actual região Penafiel, foram registados vestígios de madeira mineralizada, porém frágeis e pouco substantivos (Soeiro, 2015, p. 172). Já mais recentemente, foram dados a conhecer os dados relativos às madeiras mineralizadas que figuravam em duas das estruturas sepulcrais da necrópole da Via XII de *Bracara Augusta* (Vaz et al., 2021b, p. 114), um amplo espaço mortuário, a que foi atribuída cronologia romana e suevo-visigótica¹⁵ (Martins et al. 2010, p. 7). Os dispositivos em causa (LVII e LXXXV), a par de três outros túmulos, encontravam-se implantados numa área específica dessa vasta necrópole¹⁶, que abarcava também um “recinto” com vocação

¹⁵ Em trabalho de fundo dedicado às necrópoles de *Bracara Augusta* (1989-90), M. Martins e M. Delgado explicam que as estruturas de inumação nela detectadas (à altura, restritas à parte norte do núcleo da Cangosta da Palha), poderiam inscrever-se num intervalo temporal lato, compreendido entre os séculos IV e VII. O facto de não se verificar uma sobreposição evidente entre sepulcros, aliado à ausência de material funerário e à longa persistência da utilização de, pelo menos, uma das tipologias identificadas, inviabilizava um apuramento mais preciso da cronologia dos dispositivos.

¹⁶ A área mencionada integra o núcleo da Rua Dr. Gonçalo Sampaio (Fontes & Braga, 2014-2015, p. 79).

não diagnóstica, delimitado por paredes de alvenaria (Fontes & Braga, 2014-2015, p. 78; Vaz et al., 2021b, p. 114). Focando-nos então nas sepulturas LVII e LXXXV - distintas do ponto de vista arquitectónico - importa registar que, em razão das dimensões que auferiam, e dos materiais e técnicas construtivas empregues na sua preparação, foram consideradas especialmente indiciadoras da opulência passível de caracterizar alguns dos contextos de enterramento da necrópole (Fontes & Braga, 2014-2015, p. 78-80; Vaz et al., 2021b, p. 114). Sintoma desse carácter imponente e, simultaneamente, diferenciador é, por exemplo, o facto de, no interior da LVII figurar um caixão de chumbo produzido a partir de uma folha única. Decorado com duas singelas cruzes em relevo, e enquadrável nos séculos V-VI ou V-VII, não terá, aparentemente, paralelo conhecido no quadro da Antiguidade Tardia do território português (Fontes & Braga, 2014-2015, p. 80; Braga, 2017, p. 148). Foi precisamente a ladear exteriormente o mencionado caixão metálico que se identificou uma substancial quantidade de matéria orgânica, em correlação com resíduos de *opus signinum*, depósitos lodosos e 54 pregos, ainda *in situ*: uma associação claramente reveladora da presença original de um caixão de madeira a rodear o contentor de chumbo (Braga, 2018, p. 258; Vaz et al., 2021b, p. 114; 116).

No que se refere aos vestígios biológicos recuperados na segunda sepultura, a LXXXV, concerniam a madeira conglutinada a um total de cinco pregos, que repousavam sobre o leito do sepulcro. Construído por tijolos de tipo *lydion*, revestidos a *opus signinum*, que por seu turno era recoberto por três outros conjuntos de blocos cerâmicos (Vaz et al., 2021b, p. 114-115), denunciava de forma clara o cuidado e investimento colocados na elaboração do túmulo. Já o facto de o número de elementos metálicos exumados ser restrito foi interpretado como revelador do recurso a uma padiola para concretização do enterramento.

A cronologia avançada para as duas sepulturas é, nos dois casos, coincidente com o intervalo compreendido entre os séculos V a VII: no que toca à LVII, tal proposta decorre da datação relativa atribuída aos materiais cerâmicos e vítreos patentes nos aterros a ela associados; já relativamente à LXXXV, da leitura assumida para diferentes materiais tardios (Braga, 2018, p. 267; Vaz et al., 2021b, p. 115) não especificados, que estariam articulados com o dispositivo em questão.

A acrescentar aos dados arqueológicos, importa agora destacar o contributo que a arqueobotânica veio proporcionar a respeito do material mineralizado presente nestas duas sepulturas. No primeiro caso, o da estrutura LVII, e malgrado o estado de conservação deficitário em que se encontravam alguns dos fragmentos analisados, foi possível aferir que a globalidade dos restos biológicos exumados pertencia a carvalho alvarinho (*Quer-*

qus robur)¹⁷, pelo que se presume que o ataúde tenha sido produzido com base em madeira desta espécie, recorrente nos carvalhais da região. No segundo, relativo à sepultura LXXXV, os resultados obtidos mostraram-se divergentes: os quatro restos estudados procediam exclusivamente de pinheiro-bravo (*Pinus sp.*), espécie igualmente comum no território envolvente, que terá fornecido a matéria-prima para a construção da padiola usada na deposição (Vaz et al., 2021b, p. 116) e, provavelmente, também na movimentação do morto que ali foi colocado em repouso. De qualquer modo, e independentemente da especificidade do táxon identificado, há um denominador comum a realçar: os vestígios de elementos metálicos recuperados, sugestivos da utilização de receptáculos destinados à deposição ou transporte dos defuntos, a par dos restos de matéria orgânica em decomposição (Braga, 2017, p. 148) configuram evidência de uma prática que se afigura recorrente na necrópole da Via XVII de *Bracara Augusta*¹⁸ (Martins & Delgado, 1989-90, p. 135). Aliás, e no que ao período tardio diz respeito, parece ter sido ali dada preferência ao “investimento” nos sepulcros dotados de ataúdes de madeira, em detrimento da inclusão de mobiliário no interior dos dispositivos fúnebres, tendencialmente destituídos de materialidades (Braga, 2018, p. 532).

Considerando a exiguidade dos restos de madeira preservados (ou, pelo menos, acerca dos quais existem dados publicados) na generalidade dos contextos funerários tardios do actual território português, parece-nos de máxima importância enfatizar o potencial resultante da aliança entre os estudos arqueológicos aturados, por um lado, e a arqueobotânica, por outro, na medida em que a colaboração estreita entre as duas áreas, claramente complementares, é passível de gerar contributos essenciais à compreensão de estratégias e soluções específicas implementadas em ambiente funerário.

Vejam os outros casos documentados na Península Ibérica. Na necrópole de Mas d’Aragó, localizada na região valenciana, a recolha e estudo de madeira conservada no interior das sepulturas (fossas simples, abertas no solo), proporcionou a identificação da espécie utilizada na preparação de *capuli* ou *sandapilae*: pinheiro-negro ou negral (*Pinus uncinata*), actualmente inexistente na área circundante do achado (González Villaescusa, 2001, p. 92). Todavia, faltam dados arqueobotânicos que permitam aferir a presença deste táxon no tempo e território em análise. De qualquer modo, este ponto suscita

¹⁷ Há, contudo, uma excepção a registar, relativa a um fragmento de pinheiro (*Pinus sp.*) (Vaz et al., 2021b, p. 116).

¹⁸ Nos inícios dos anos 90, M. Martins e M. Delgado sinalizavam já o caso das sepulturas E12, E15, E17 e E29, no interior das quais se conservavam pregos, cantoneiras e demais ferragens, procedentes dos caixões ou padiolas de madeira utilizados no enterramento e/ou transporte dos defuntos até ao espaço cemiterial (Martins & Delgado, 1989-90, p. 143).

algumas interrogações pertinentes: seria prática proceder à movimentação de matéria-prima lenhosa destinada à construção de câmaras funerárias, assim como de caixões e padiolas? A selecção da madeira a utilizar nos enterramentos seria norteada por critérios específicos, inclusivamente de natureza simbólica, ou decorreria apenas da aplicação do binómio disponibilidade-proximidade¹⁹? Outra hipótese: haveria predilecção por determinadas espécies de árvore²⁰, em função, por exemplo, da resistência das suas madeiras? Por último: será inviável procurar um padrão operativo aplicável a toda uma variedade de espaços e comunidades neles implantadas, considerando o amplo leque de particularismos ambientais, regionais, familiares ou socioeconómicos que coexistiram no tempo?

É sabido que a preparação de certas estruturas funerárias poderia motivar a importação de materiais tidos como “nobres”, caso do mármore ou do chumbo (González Villaescusa, 2001, p. 92). Todavia, tal tipo de estrutura seria, por princípio, destinado a indivíduos com um posicionamento ou estatuto elevado. De qualquer modo, e como previamente assinalado, o registo arqueológico tem vindo a demonstrar que os ataúdes de madeira poderiam ser colocados no interior, ou mesmo a ladear esses invólucros mais distintivos (Braga, 2018, p. 258; 481). Mas continuam a escassear os dados que permitam avançar respostas cabais às questões levantadas quando direccionadas para os contextos de inumação, prevalentes na Antiguidade Tardia e Alta Idade Média. De facto, e se progressivamente começa a constituir-se um interessante *corpus* de informação para o universo da cremação em sítios romanos, fundamentalmente assente no estudo dos restos biológicos correlacionados com as piras, a situação relativa às deposições *in humus* para cronologias mais avançadas, é bem mais difusa.

2.2. Os testemunhos indirectos

Ainda que, como vimos, haja sítios e contextos extraordinários a relevar, é inevitável reconhecer a exiguidade de testemunhos substanciais e/ou bem preservados que atestem o recurso a um material de uso recorrente no âmbito funerário. Parte importante das evidências que permitem abordar a utilização

¹⁹ A escolha das madeiras e a sua correlação com a paisagem foram detalhadamente discutidas a propósito dos contextos de incineração da necrópole da Via XVII de *Bracara Augusta*, considerando três causas centrais possíveis: as propriedades físicas da madeira, a sua disponibilidade no território ou uma eventual motivação simbólica (Vaz et al., 2021a, p. 378).

²⁰ Esta pergunta tem encontrado respostas variáveis, nomeadamente em função da região em análise. Com efeito, e se as fontes sugerem que espécies como o carvalho e o pinho eram comumente usadas na preparação das piras, os dados arqueobotânicos demonstram que o carvalho e a faia eram recorrentes em contextos de incineração no centro e noroeste europeu, enquanto o pinho prevalecia em alguns sítios da França, Escócia e Portugal. Já na globalidade dos sítios romanos ingleses, preponderavam espécies como o carvalho, a avelheira ou a cerejeira (Silva, 2018, p. 58-59).

da madeira são rigorosamente indirectas. Mas, a este nível, e no quadro do registo arqueológico, há alguns indicadores preciosos a destacar.

Um deles radica no posicionamento dos pregos e ferragens de metal que permitiam agregar as tábuas constituintes dos caixões depositados no interior dos sepulcros. A madeira, na generalidade dos casos, desaparece, é certo, mas subsistem os elementos metálicos nos pontos onde, originalmente, figuravam (González Villaescusa, 2001, p. 91). Ora, os pregos e ferragens pertencentes a estruturas de inumação ou transporte, normalmente de ferro, possuem, portanto, a capacidade de indiciar a presença de elementos já desaparecidos, por não resistiram à passagem do tempo. A respeito deste tipo de materialidades, E. Salin avança ainda a hipótese de, nalguns casos, e na esteira da tradição galo-romana, poderem até auferir de certa importância intrínseca. Para o demonstrar, evoca as características das guarnições do caixão detectado na sepultura do rei franco Childerico I, que viveu no século V. E acrescenta que, na sua perspectiva, os ornatos patentes em alguns sarcófagos de pedra colhem clara inspiração nas ferragens que guarneciam os ataúdes de madeira produzidos com maior esmero. O mesmo autor estabelece a diferenciação entre as especificidades e relevância das ferragens pertencentes a caixões e a padiolas, considerando que o número tendencialmente mais reduzido de ocorrência destas últimas, aliado ao estado de preservação mais deficitário que tendencialmente apresentam, poderá justificar o facto de pregos e cavilhas procedentes dos dispositivos de transporte serem frequentemente descuidados nos trabalhos de campo (Salin, 1973, p. 123-124).

Passando em revista várias publicações em que é feita referência à detecção de pregos no interior de sepulturas tardias ou altomedievicas, o que desde logo ressalta é que este tipo de ocorrência traduz uma realidade multiespacial, passível de identificação em diferentes contextos culturais e diversas geografias, da Gália (Young, 2011, p. 349) ao sul da Península Ibérica. Olhando precisamente para o sul da *Hispania*, e mais concretamente, para o extremo meridional da Lusitânia, refira-se um dos enterramentos da necrópole de Balsa, Tavira, identificado por Estácio da Veiga. Supostamente referente a um indivíduo feminino, dada a profusão e excepcionalidade dos adornos a que se encontrava associado, permitiu a recolha de pregos compatíveis com a deposição em ataúde (Pereira, 2014, p. 152-153). Também na Herdade dos Pombais, em Marvão, se concretizaram achados congêneres, e em número substancial. Recuperados quer no interior das estruturas de inumação, quer nas áreas adjacentes, subdividiam-se entre os que permaneciam integralmente conservados, e os que apareciam já truncados, destituídos de cabeça (Fernandes, 1985, p. 105-113). Mais a norte, na necrópole da Quinta da Pedreira, Abrantes, a escavação de 11 sepulcros proporcionou a recolha de um interessante conjunto de materiais cerâmicos e metálicos (entre os quais ressaltamos duas fivelas de aro ovalado) atribuíveis ao século VI. Um desses sepulcros,

concretamente o 1, o único dotado de telhado de duas águas como cobertura, proporcionou a recolha de 26 pregos, dispersos por diferentes pontos da estrutura, numa disposição que denunciava a posição originalmente conferida ao ataúde (Ferreira, 1992, p. 94-108; Arezes, 2017, p. 232-235)

Já para o Noroeste peninsular, podemos fazer menção à necrópole de Monteiras, Penafiel, que agregava incinerações e inumações, estas últimas inscritas na fase mais tardia de ocupação do sítio (Soeiro, 2009-2010, p. 12; 25). A sepultura 14, por exemplo, permitiu a recuperação de ferragens de ferro; noutras tumulações, por seu turno, surgiram pregos, em número residual, sugestivos da prévia existência de uma padiola ou leito, sobre o qual repousaria o defunto (Soeiro, 2009-2010, p. 28-29).

Também a necrópole de Vinyals, na zona valenciana, pode ser aqui trazida à colação, na medida em que proporcionou a recolha de um conjunto representativo de pregos ou cravos. Com efeito, num universo de 28 túmulos escavados, dez continham elementos metálicos perfilados no interior. E importa registar, a propósito, que a arquitectura das tumulações onde se concretizaram os achados era diversificada: fossas delimitadas e/ou cobertas por *tegulae*, dispostas na horizontal ou sob a forma de telhado de duas águas. Não obstante, a necrópole abarcava também estruturas de outra tipologia, que coexistiam espacialmente com as já mencionadas, mas que surgiam completamente destituídas de pregos. Constavam estas de sepulturas em ânfora ou fossa simples, destinadas a albergar enterramentos infantis. No que se refere ao primeiro dos casos, relativo aos enterramentos em ânfora, é de notar que os próprios condicionalismos físicos inerentes ao contentor cerâmico justificam a ausência de ataúde. Mas relativamente ao segundo, há que considerar que essa ausência decorre de uma opção consciente. González Villaescusa tende a interpretá-la como produto da vontade de estimular os processos de mineralização, e consequente salvação e metempsicose (González Villaescusa, 2001, p. 92).

De qualquer modo, e conforme sublinhado pelo mesmo autor, a partir do achado singular de um caixão de madeira construído com uma técnica de carpintaria que dispensou a utilização de pregos, a ausência deste tipo de vestígio metálico não traduz necessariamente a inexistência de um caixão no contexto de enterramento original (González Villaescusa, 2001, p. 91-92). Várias décadas antes, já E. Salin realçara as dificuldades em rastrear indícios sólidos da utilização efectiva de ataúdes²¹, dificuldades decorrentes não só do

²¹ A propósito dessa utilização, supostamente comum em época merovíngia, recorda as referências à peste de 571 feitas por Gregório de Tours. Segundo o célebre autor, a mortandade causada pela epidemia fora de tal ordem, que provocara a penúria deste tipo de dispositivo: “[...] And presently the plague came, and such a carnage of the people took place through the whole district that the legions that fell could not be counted. For when sepulchers and gravestones failed, ten or more would be buried in a single trench. [...]” (Gregório de Tours, 1916, 31).

facto de a decomposição da madeira ser frequentemente total, mas também de uma outra circunstância: a de os caixões poderem ser produzidos sem recurso a qualquer tipo de ferragem metálica, ou seja, montados sem pregos ou, na sequência do previamente mencionado, escavados directamente em troncos de árvores²² (Salin, 1973, p. 121).

Numa outra vertente, a das evidências tafonómicas, refira-se a possibilidade de aferir a existência prévia de um ataúde, ainda que o mesmo já não se conserve, em função do modo como a putrefacção do corpo se desenrolou (González Villaescusa, 2001, p. 91). Com efeito, e ao contrário do que sucede quando o defunto é envolto num sudário ou mortalha, que mantém os restos esqueletizados circunscritos após desaparecimento dos tecidos moles (Figueiredo, 2018, p. 181), a decomposição em meio vazio promove outras ocorrências, como a queda dos maxilares ou deslocações significativas de ossos longos. Ou seja, a posição anatómica circunscrita e delimitada dos restos esqueletizados poderá, caso não se descortinem outras explicações cabais para o facto, sugerir a presença de um caixão entretanto desvanecido (González Villaescusa, 2001, p. 91).

Por último, refira-se que o recurso à madeira em ambiente sepulcral podia também resultar da realização de banquetes (mais precisamente, do seu uso como combustível para a confecção dos alimentos), concretizados logo no dia do enterramento ou, eventualmente, também em momentos posteriores. Conhecidos como *silicernium*, pressupunham o consumo de uma refeição pelos familiares e a dádiva de comida ao defunto e, segundo Festus, contribuíam para aliviar o luto que pesava sobre os vivos. Aliás, na sequência do enterramento do defunto, os familiares viviam dias de descanso e lamento, sendo o estado de luto declarado através da presença, no exterior da porta da casa, de um ramo de cipreste²³ (Hope, 2007, p. 115-116; 173). Ao nono dia, novos rituais, um sacrifício e um banquete tomavam lugar junto da sepultura, marcando o fim do luto (Hope, 2007, p. 116-117) e abrindo portas para um novo ciclo.

As evidências destas práticas ressoam nas fontes escritas, com destaque para as Conciliares (Vives, 1963, p. 102), e também no registo arqueológico, ainda que parcamente representadas. São, contudo, vários os autores que

²² E. Salin não deixa, contudo, de elencar um conjunto de sítios dispersos pela área do Aube, Eure e Sena Inferior, a que acrescenta ainda um outro localizado na Renânia, onde foram recuperados restos efectivos de madeira ou, na sua ausência, de pregos e espigões sugestivos da existência prévia de caixões (Salin, 1973, p. 122-123).

²³ A descrição do cipreste por Plínio na obra *História Natural* é eloquente a respeito da adequação do seu uso ao ambiente funerário e ao luto: “[...] is difficult to grow, bears no useful fruit, has sour berries, bitter leaves, and a strong smell; even its shade is unpleasant and its timber is so poor that it almost belongs to the class of shrubs [...]” (Plínio, n.d., citado por Hope, 2007, p. 116).

chamam a atenção para o carácter ambíguo dos dados que, ainda assim, é possível rastrear, nomeadamente porque é inviável aferir quais os alimentos e bebidas consumidos pelos vivos no evento, e quais os que consubstanciavam a dádiva ao morto: provavelmente diferentes, ao nível da natureza e apresentação exibida. Não obstante, importa registar que têm sido identificados vestígios de pão, carne e frutas em diversos contextos funerários (Rouche, 1985, p. 488; Hope, 2007, p. 115-116). E uma das vias que justifica a recuperação do referido tipo de vestígio é precisamente a carbonização dos restos orgânicos (Vaz et al., 2021a, p. 373). Veja-se como na necrópole da Via XVII, já por diversas vezes mencionada, se recolheram restos faunísticos queimados, que atestam a presença de bens alimentares no espaço fúnebre (Braga, 2018, p. 532).

De igual modo, importa também sublinhar que a realização de banquetes funerários, costume amplamente disseminado, e que entronca claramente nas dinâmicas do paganismo, continuou a ser recorrente entre as comunidades paleocristãs. Não obstante, é provável que a sua persistência (e resistência) tenha decorrido do facto de ter acabado por assumir outras roupagens, de forma a adequar-se a novas imagens bíblicas profundamente respeitadas entre os cristãos, como a da Última Ceia (Barroca, 1987, p. 15-16). Tal não invalidaria, contudo, que a Igreja procurasse contrariar a manutenção desta prática. Entre as disposições emanadas do II Concílio de Braga, celebrado em 572, contava-se uma que proibia os fiéis de levar alimento para as sepulturas e de oferecer a Deus sacrifícios em honra dos mortos (Vives, 1963, 102). E, note-se, tal preocupação não representa exclusivo das autoridades eclesiásticas hispânicas. Escassos anos antes, no Concílio de Tours de 567, também se reprovara o costume de alimentar os mortos e de comer os legumes secos “oferecidos aos demónios” (Rouche, 1985, p. 489). São interditos como estes que demonstram, claramente, que tais costumes de comensalidade ritual se mantinham enraizados e operativos. Fica, pois, claramente demonstrada, a enorme importância que as madeiras, a par da própria comida, desempenhavam na concretização de uma série de rituais fúnebres (Vaz et al., 2021a, 373), entendidos como cruciais para o descanso, tranquilidade e até entretenimento do defunto (Cumont, 1966, p. 352-353).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização de madeira em cronologias recuadas constitui um tema de abordagem limitada e, neste sentido, não necessariamente imediata. A rápida degradação e consequente perecibilidade que resulta dos processos químicos e biológicos a que é sujeita explica, em grande medida, a exiguidade dos dados disponíveis e, consequentemente, o carácter ainda parco das publicações científicas que lhe são directamente consagradas, nomeadamente ao nível da

arqueologia da Antiguidade Tardia e Alta Idade Média. Com efeito, na esteira do explicado ao longo do texto, a preservação deste e de outros materiais biológicos só ocorre em condições e circunstâncias muito particulares. A tal limitação de fundo acresce uma outra, não despidiçanda, que se prende com o facto de nem sempre ter sido votada a devida atenção aos indícios da sua presença nos contextos arqueológicos.

Não obstante, e se até há algumas décadas os vestígios arrolados de uso de madeira, assim como do consumo de plantas e frutos decorriam, precisamente, da detecção de contextos excepcionais ao nível da conservação ou, em alternativa, da recuperação de testemunhos indirectos da sua utilização ou consumo, o incremento dos estudos arqueobotânicos veio, de algum modo, matizar este panorama. Ao definir estratégias específicas para recolha de restos biológicos no âmbito das escavações arqueológicas, motivou a dilatação do volume de dados recuperados e, consequentemente, do leque de possibilidades de conhecimento sobre diversas vertentes do quotidiano, estratégias de subsistência e práticas, entre as quais, as funerárias. Neste sentido, o mundo mortuário, assim como as relações que, em dado período e espaço, se foram estabelecendo entre o sítio, a paisagem natural e os recursos disponíveis, têm vindo a exibir novas facetas, e a propiciar a construção de outras leituras.

É certo que, ainda assim, subsistem vastas áreas de sombra por explorar, sobretudo no caso das necrópoles escavadas com uma metodologia menos rigorosa ou exaustiva. Mas mesmo que todas as materialidades originalmente associadas a cada sepulcro fossem exumadas, devidamente cartografadas e estudadas, ficaria sempre algo por apreender: os gestos, a natureza dos lamentos, os códigos exibidos e toda encenação que prefigura e sucede ao sepultamento. Conforme sublinhado por V. Hope (2007), a estrutura ou monumento funerário constitui apenas a parte visível do enterramento, e dos modos de comemorar e celebrar o defunto.

BIBLIOGRAFIA

- Alarcão, J. de (1973). *Portugal Romano*. Editorial Verbo.
- Arezes, A. (2017). *O mundo funerário da Antiguidade Tardia em Portugal: as necrópoles dos séculos V a VIII*. CITCEM & Edições Afrontamento.
- Ariès, P. (1988). *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*. Editorial Teorema.
- Arnold, B., & Fernández-Götz (2017). The grave's a not-so-private place: Elite multiple burials in Early Iron Age West-Central Europe. *Germania*, 95, 181-198.
- Bendala Galán, M. (2002). Perduraciones y Romanización em Hispania a la luz de la Arqueología funeraria: notas para una discusión. *Archivo Español de Arqueología*, 75, 137-158.

Blaizot, F, Bel, V., Bonnet, C., Deberge, Y., Wittmann, A., Barberan, S., & Tranoy, L. (2004) Inhumation and cremation in Roman Gaul: continuity or discontinuity of the burial practices. In A. Faber, P. Fasold, M. Struck & M. Witteyer (Eds.), *Körpergräber des 1.-3. Jahrhunderts in der Römischen Welt* (pp. 305-321). Schriften des Archäologischen Museums Frankfurt.

Barroca, M. (1987). *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (séculos V a XV)*. [Trabalho apresentado no âmbito das Provas Públicas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Faculdade de Letras da Universidade do Porto].

Braga, C. (2017). Como e onde se enterrava em Bracara Augusta? In A. Ferreira & A. Marques (Eds.), *II Congresso Internacional. As cidades na História: Sociedade* (pp. 125-152). Câmara Municipal de Guimarães.

Braga, C. (2018). *Morte, Memória e Identidade. Uma análise das práticas funerárias de Bracara Augusta*. [Tese de Doutoramento, Universidade do Minho]. Repositório da Universidade do Minho. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/59044>.

Chavarría Arnau, A. (2005). Villas in Hispani during the Fourth and Fifth Centuries, In K. Bowes, & M. Kulikowski (Eds.), *Hispania in Late Antiquity*. Brill.

Chavarría Arnau, A. (2013). ¿Castillos en el aire? Paradigmas interpretativos «de moda» en la arqueología medieval española. *De Mahoma a Carlomagno. Los primeros tiempos (siglos VII a IX)*. XXXIX Semana de Estudios Medievales (pp. 131-166). Gobierno de Navarra.

Cumont, F. (1966). *Recherches sur le symbolisme funéraire des Romains*. Librairie Orientaliste Paul Geuthner.

Cunliffe, B. (2001). Iron Age in Western Europe and Beyond, 800-140 BC. In B. Cunliffe (Ed.), *The Oxford Illustrated History of Prehistoric Europe* (pp. 336-372). Oxford University Press.

Fernandes, I. (1985). Espólio da necrópole de Pombais (I). *Actas das I Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano*, 101-116.

Ferreira, C. J. A. (1992). A necrópole tardo-romana e visigótica da Pedreira. Rio de Moinhos – Abrantes. *Arqueologia Medieval*, 1, 91-110.

Figueiredo, M. (2018). Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos. *Setúbal Arqueológica*, 17, 181-201.

Fontes, L., & Braga, C. (2014-2015). Núcleos arqueológicos do Liberdade Street Fashion, Braga. *Forum*, 49-50, 71-84.

González Villaescusa, R. (2001). *El mundo funerario romano en el País Valenciano. Monumentos funerarios y sepulturas entre los siglos I a. de C. – VII d. de C.* Casa de Velázquez & Instituto Alicantino de Cultura «Juan Gil-Albert».

Gregório de Tours (1916). *History of Francs*. Books I-IX. Introduction by Earnest Brehaut. Medieval Sourcebook. Fordham University.

Hope, Valerie M. (2007). *Death in Ancient Rome*. Routledge.

Jacques, A. (1993). La présence militaire à Arras au Bas-Empire. In F. Vallet, & M. Kazanski (Eds.), *L'armée romaine et les Barbares du IIIe au VIIIe siècle. Actes du Colloque International organisé par le Musée des Antiquités Nationales et l'URA 880 du CNRS*. Association française d'Archéologie mérovingienne.

Kristiansen, K. (2000). *Europe Before History*. Cambridge University Press.

Lantier, R. (1948). Un cimetière du IV siècle au Mont-Augé (Vert-la-Gravelle, Marne). *L'Antiquité Classique*, t. XVII, 373-401. <https://doi.org/10.3406/antiq.1948.2852>

Martins, M., & Delgado, M. (1989-90). As necrópoles de Bracara Augusta. Os dados arqueológicos. *Cadernos de Arqueologia*, série II, 6-7, 41-186.

Martins, M., Fontes, L., Sendas, J., & Catalão, S. (2010). Salvamento de Bracara Augusta. Ampliação do Túnel da Avenida da Liberdade (BRA 08-09 TA VL). Relatório Final. *Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / Memórias*, 7. <https://hdl.handle.net/1822/11488>

Médard, F., Rohmer, P., Moulhérat, C., & Guillaume, J. (2007). La nécropole mérovingienne d'Erstein (Bas-Rhin): étude des textiles minéralisés au contact des fibules. *Revue Archéologique de l'Est*, 55, 307-322.

Miksicek, C. H. (1987). Processes of the Archaeobotanical Record. *Advances in Archaeological Method and Theory*, 10, 211-247.

Morris, Ian (2001). *Death-Ritual and Social Structure in Classical Antiquity* (4^a edição). Cambridge University Press.

Pereira, C. (2014). *As necrópoles romanas do Algarve. Acerca dos espaços de morte no extremo sul da Lusitânia*. [Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/11460>

Périn, P., & Kazanski, M. (2011). Identity and ethnicity during the era of migrations and Barbarian Kingdoms in the light of archaeology in Gaul. In R. Mathisen, & D. Shanzer, *Romans, Barbarians, and the Transformation of the Roman World. Cultural Interaction and the Creation of Identity in Late Antiquity* (pp. 299-329). Ashgate.

Robb, John (2019). Creating death. An Archaeology of Dying. In S. Tarlow & L. Nilsson Stutz (Eds.), *The Oxford Handbook of the Archaeology of Death & Burial* (pp. 441-496). Oxford University Press.

Rouche, M. (1985). *Haut Moyen Age occidental*. In P. Ariès & G. Duby (Eds.), *Histoire de la vie privée. De l'Empire romain à l'an mil*, vol. 1. (pp. 398-529). Édition du Seuil.

Salin, E. (1951). Inhumation habillée et mobilier funéraire à l'époque mérovingienne. *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 95-2, 123-128.

Salin, E. (1973). *La civilisation mérovingienne d'après les sépultures, les textes et le laboratoire. Deuxième partie. Les sépultures* (Réimpression de l'Édition originale de 1952). Éditions A. et J. Picard.

Scapula, J. (1954). Inhumations en troncs d'arbres au cimetière carolingien d'Isle-Aumont (Aube). *Revue archéologique de l'Est et du Centre-Est*, 5, 198-201.

Silva, A. M., Lemos, P. S., Abreu, J. & Ribeiro, M. (2012-2013). Necrópole Romana da Bóca (Canelas, Arouca). Primeiros elementos arqueológicos. *Oppidum*, 6, 61-75.

Silva, F. (2018). *Mundo funerário romano sob o prisma da cremação. Análise antropológica de amostras alto-imperiais da Lusitania*. [Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra].

Soeiro, T. (2010). Monteiras (Bustelo). Uma necrópole com dois mil anos. *Cadernos do Museu*, 12-13, 5-221.

Soeiro, T. (2015). A preferência pela inumação nas necrópoles romanas do século III-IV d.C. do município de Penafiel (norte de Portugal). In G. Branco, L. Rocha, C. Duarte, J. de Oliveira & P. Bueno Ramírez, *Arqueologia de Transição: o Mundo Funerário. Actas do II Congresso Internacional sobre Arqueologia de Transição* (pp. 159-174). CHAIA – Centro de História de Arte e Investigação Artística.

Tarlow, S. (2019). Belief and the Archaeology of Death. In S. Tarlow & L. Nilsson Stutz (Eds.), *The Oxford Handbook of the Archaeology of Death & Burial* (pp. 616-630). Oxford University Press.

Tejral, J. (2018). Suebi north of the Middle Danube. In J. López Quiroga (Ed.), *In Tempore Sueborum. El tiempo de los suevos en la Gallaecia (411-585). El Primer Reino Medieval de Occidente. Volumen de Estudios* (pp. 45-60). Deputación Provincial de Ourense.

Vaz, F., Martín-Seijo, M., Carneiro, S., & Tereso, J. (2015). Waterlogged plant remains from the Roman healing spa of Aquae Flaviae (Chaves, Portugal): Utilitarian objects, timber, fruits and seeds. *Quaternary International*, XXX, 1-18.

Vaz, F., Braga, C., Tereso, J., Oliveira, C., Gonzalez Carretero, L., Detry, C., Marcos, B., Fontes, L., & Martins, M. (2021a). Food for the dead, fuel for the pyre: symbolism and function of plant remains in provincial Roman cremation rituals in the necropolis of *Bracara Augusta* (NW Iberia). *Quaternary International*, 593-594, 372-383.

Vaz, F., Tereso, J., Braga, C., & Fontes, L. (2021b). O Mobiliário Funerário de Madeira da Necrópole da Via XVII em *Bracara Augusta*: exemplo de um processo de preservação por mineralização. *Al-Madan* online, tomo 2, 113-117.

Vives, J. (1963). *Concilios Visigóticos e Hispano-Romanos*. Col. «España Cristiana», vol. 1. Consejo Superior de Investigaciones Científicas & Instituto Enrique Flórez.

Whickham, C. (2005). *Framing the Early Middle Ages. Europe and the Mediterranean 400-800*. Oxford University Press.

Young, B. (2011). Auguste Moutié, Pioneer of Merovingian Archaeology, and the Spurlock Merovingian Collection at the University of Illinois. In R. Mathisen, & D. Shanzer, *Romans, Barbarians, and the Transformation of the Roman World. Cultural Interaction and the Creation of Identity in Late Antiquity* (pp. 299-329). Ashgate.